

Análise do risco da liquidez

Rodrigo Antônio Chaves da Silva

O patrimônio das células sociais, como objeto da contabilidade, está sujeito a diversas influências dos ambientes que podem prejudicar sua existência. Desde as épocas mais remotas, impregnadas de empirismos, os indivíduos que lidavam com a contabilidade já estudavam os riscos inerentes à riqueza e pensavam numa maneira de preveni-los; no entanto, nunca antes se teve notícia dos estudos avançados sobre os perigos que afetam o patrimônio, como os hodiernos, emitidos pela doutrina do Neopatrimonialismo. Portanto, no estágio atual da contabilidade, é comum estudar os riscos que afetam a riqueza das células sociais, especialmente os atinentes aos movimentos básicos, fundamentais e imprescindíveis para a sobrevivência e progresso do ente patrimonial. A liquidez, como exercício básico e fundamental do patrimônio, possui um risco que influencia a sua eficácia e que deve ser analisado, medido e controlado; e a Ciência Contábil pode, com a sua dignidade científica, garantir os recursos tecnológicos e gnosiológicos, para o estudo do sistema financeiro na sua capacidade de proteção contra os problemas que ameaçam a sua eficácia no contínuo processo de devir da dinâmica patrimonial.



Estudos e revolução na contabilidade

Tarefa básica e exclusiva tinha o homem antigo na Idade dos Metais e nas épocas mais remotas da história, quando organizava o seu patrimônio e se empenhava com todos os meios possíveis para garantir a continuidade do mesmo, utilizando-o para satisfação de suas necessidades surgidas no tempo, como expressou Viana (1971).

Organizar, prevenir, preservar os empreendimentos sempre foi o intuito do antigo 'escriva', o contador, segundo Sá (2001). Aspirando por evolução, crescimento social e prosperidade, o homem acumulava os bens para as suas necessidades, mas a satisfação de suas carências era ameaçada quando se encontrava relacionada aos problemas dos riscos, que poderiam extinguir a riqueza organizada.

Dentre todos os processos que atingiriam a história humana, um deles, precioso e fundamental, foi o de evolução racional da estrutura cerebral, que distinguiu o espírito superior do inferior, ou seja, diferenciou o animal comum do humano, pois enquanto este pensava, aquele agia pragmaticamente.

Vários autores (Pires, Resende, Lage, Serra Negra, C. e Serra Negra, E. 2005) afirmam que as etapas do conhecimento geral encontram-se classificadas em quatro espécies ou períodos: o século XVII foi o da revolução científica; nos séculos XVIII a XIX, tivemos a observação científica; o século



RISCO

EFICÁCIA

Século XVII
Século XVIII
Século IX
Século XX
Século XXI

XX foi marcado pela explosão científica, e, no momento atual, tem-se a filosofia do conhecimento, estágio máximo, mas não definitivo, uma vez que ainda há de existir outros portentos racionais provenientes do espírito humano, que ultrapassa todas as barreiras demarcadas na mesma crítica contextual de sua faculdade intelectual.

Na contabilidade tal classificação apresenta condições específicas. O século XIX realmente se constituiu na fase da observação científica na contabilidade, quase ao mesmo tempo, houve a sua revolução cognitiva, produzida por Coffy (1836) e Villa (1840); o século XX foi a fase da explosão científica realizada por Vincenzo Masi (1893-1977); e hoje caminhamos na chamada filosofia do conhecimento, que interage com o lema de 'conhecimento do conhecimento'.

As proposições a respeito do capital ditadas por Coffy *apud* Platzgraff (1956) dariam novos ares aos estudos contábeis, uma vez que, no dizer desse cientista, eram as variações do capital ou o seu movimento que importavam, e não simplesmente as contas e registros. O pai da contabilidade italiana, Francesco Villa *apud* Sá (1997), dizia sobre aquilo que importava à contabilidade, como não sendo simplesmente a demonstração e o registro, mas a substância que esses representavam, absolutamente responsável pela sua criação, estrutura e significado.

Portanto, a revolução científica da contabilidade foi promovida por esses pensadores que explicavam o patrimônio

ou o fenômeno contábil contido numa célula social. A inovação da contabilidade se deve a esses dois talentos, primeiro a Coffy, depois a Villa.

Logo após esses mestres, os cientistas contábeis passaram a observar a verdadeira matéria contábil, embora, muitas vezes, tal abordagem fosse homogeneizada com outros ramos do saber, surgindo diversas doutrinas: o materialismo substancial (criado por Villa), o personalismo, o controlismo, o reditualismo, o aziendalismo, o positivismo e outros movimentos cognitivos que estudavam a matéria contábil de modo científico, embora nem sempre de forma original e genuína, no parâmetro dessa mesma disciplina.

Nos primeiros decênios do século XX, a explosão científica foi promovida pelo italiano Vincenzo Masi de forma categórica: era o limiar de um novo tempo para o conhecimento contábil. Surgia então o Patrimonialismo, doutrina que imputava o patamar superior à contabilidade, lugar realmente merecido por essa ciência, sempre presente na sociedade humana, no estudo dos empreendimentos.

Do pensamento de Masi derivaram diversos outros estudos, pois a sua forma de classificar o patrimônio em estrutura, cinemática e representação seria alvo de considerações futuras. Dos aspectos definidos pelo mestre no estudo do capital, o dinâmico, especialmente, seria o centro de teorias científicas na área contábil. Realmente, o movimento é um fenômeno presente no tempo, ressaltado, primeira-

mente, na filosofia antiga por Heráclito (século VI a.C.) e depois por diversos pensadores, entre eles Aristóteles (384-322 a.C.), em sua obra 'Da geração e da corrupção', que tratava da origem e fim das coisas existentes nos elementos da natureza, nas diversas e específicas condições e mutações que poderiam existir.

Hoje, na chamada fase da filosofia do conhecimento contábil, o Patrimonialismo aperfeiçoado, denominado de Neopatrimonialismo, de criação do brasileiro Sá (1992), possui uma visão profunda e importante, coerente com a era em que vivemos, respaldada e ampliada pelo holístico, especialmente no que tange à dinâmica patrimonial.

A dinâmica do patrimônio das células sociais é estudada pela visão do Neopatrimonialismo, numa ótica sistemática. Tudo no patrimônio é movimento, e esse se chama função, que acontece na forma sistematizada; começando pelas necessidades e terminando na satisfação das mesmas necessidades como já sugeria o italiano Giovanni Rossi *apud* Sá (1997).

Portanto, o que são as funções, como estão classificadas, como se estruturam, em que grupos ou espécies, o que objetivam, qual seria a natureza de cada uma delas, seu escopo, sua responsabilidade e importância no devir da atividade patrimonial constituirão a temática do próximo subtítulo deste trabalho.

Os sistemas de funções patrimoniais

A visão da doutrina Neopatrimonialista, que amplia e embrenha o aspecto dinâmico de Masi, é aquela que especifica os sistemas de funções patrimoniais. O patrimônio é, pois, uma constituição de sistemas – também no linguajar evoluído de D'Auria (1956) – e cada um deles possui um exercício específico, sinônimo de movimento patrimonial.

A verdade a respeito dos sistemas de funções patrimoniais se tornou um axioma, uma idéia inquestionável pela sua realidade, ou seja, no patrimônio, todo e qualquer fenômeno que gera movimento e transformação acontece de forma simultânea, hereditária e interdependente em um processo totalmente sistemático. Todo esse processo começa e termina pelas necessidades.

As necessidades são as carências de algo fundamental, pois surgem com a intenção de serem satisfeitas através de meios adequados, que, quando movimentados com um escopo racional, tendem a gerar a eficácia ou ineficácia, dependendo do grau da necessidade ou ação dos meios. As necessidades, finalidades, meios e funções constituem seres, elementos de um sistema patrimonial.

De acordo com a natureza do sistema, ele se divide em espécies, que se interagem com uma autonomia relativa e interdependente. Segundo a classificação Neopatrimonialista, temos oito sistemas de funções. No rol dos básicos e mais importantes, temos quatro sistemas:

Liquidez – Sistema que possui a finalidade de satisfazer as necessidades de dívidas pelos meios de pagamento (caixa, bancos, créditos, estoques e outras bens).

Resultabilidade – Sistema que tem a finalidade de satisfazer as necessidades de custos, pelas receitas.

Estabilidade – Sistema que tem a finalidade de satisfazer as necessidades de equilíbrio, através do adequado movimento de outras funções e de uma adequada proporção da estrutura patrimonial.

Economicidade – Sistema que tem a finalidade de produzir a sobrevivência, a fim de satisfazer a necessidade de continuidade do patrimônio.

Temos dois sistemas no rol dos complementares:

Produtividade – Sistema que tem a finalidade de satisfazer a necessidade de desperdício, evitando-a através de fenômenos específicos de aproveitamento.

Involnerabilidade – Sistema que tem a finalidade de satisfazer as necessidades de riscos, através dos fenômenos pertinentes.

Existem também mais dois sistemas no quadro dos auxiliares:

Elasticidade – Sistema que tem a finalidade de satisfazer a necessidade de crescimento da massa patrimonial, através dos fenômenos da dinâmica ou movimento patrimonial.

Socialidade – Sistema que tem a finalidade de satisfazer as necessidades de contribuição, com o ente humano e com a sociedade, através da interação desses com a substância patrimonial.

Portanto, são oito os sistemas patrimoniais e finalidades; são diversos os meios separados em oito naturezas diferentes (financeira, reitoral, de estabilidade, etc.); e são oito as funções patrimoniais. No entanto, com o tempo, certamente surgirão outros sistemas, que serão fundamentais para o estudo essencial, sublime e positivista da contabilidade.

Todas as funções sistemáticas acontecem de modo complexo, ao mesmo tempo, com cooperação, com subsequência, com dependência, com relatividade, e muitas vezes, com lapso e extinção (casos de eficácia de uma função e ineficácia em outra função, mas tudo com interdependência, pela extrema conexão).

Teoria dos aspectos das funções patrimoniais e os estados de eficácia

Para que o homem explicasse corretamente os fenômenos da natureza e do universo, ele passou a produzir pensamentos sublimes, organizados e abrangentes, que chamamos de teorias. A teoria é uma visão sublime e divina dos fatos conforme expressou Santos (2001). A ciência só existe com a teoria e, sem essa, ela se extingue.

Como visto, os sistemas básicos, complementares e auxiliares estão organizados em número de oito, sendo diversas as teorias sobre eles. Quando a contabilidade Neopatrimonialista aborda racionalmente (que é o seu estágio comum) a riqueza, ela emite teorias. Aquelas relativas aos sistemas básicos são as teorias básicas e aquelas relativas aos demais sistemas são denominadas complementares (as relacionadas com a elasticidade, socialidade, produtividade e invulnerabilidade).

É básico saber, conhecer e reconhecer que a liquidez é uma das mais importantes funções do patrimônio; contudo, de forma complementar, sabe-se que essa função possui um risco em relação à eficácia, sendo, desse modo, o conhecimento dessas duas condições (liquidez e risco) fundamental para a definição de conclusões da análise contábil.

A eficácia nada mais é do que a satisfação de uma necessidade específica; quando a liquidez é eficaz, fala-se que o movimento de liquidez foi suficientemente ágil e competente para a satisfação das dívidas contraídas em períodos diversos. Portanto, a eficácia é um estado de sanidade inerente às funções básicas, complementares e auxiliares.

De qualquer forma, reconhecer a liquidez como um sistema básico, e a invulnerabilidade como sistema complementar, não influencia 'na fundamental importância' do estudo dessas duas funções. Ou seja, não importa se a teoria é básica ou complementar, todas as teorias são de suma necessidade para os estudos contábeis.

Apesar da detalhada diferença de função, independentemente de ser essa fundamental, complementar ou auxiliar, todas influenciam o patrimônio, sendo de extrema importância, não prescindindo o estudo contábil particular de cada uma delas.

Como no patrimônio tudo acontece de forma instantânea, concomitante, hereditária e abrangente, pode-se dizer que o movimento dos sistemas básicos ocorre em um processo relacionado e amparado pelos sistemas complementares e auxiliares ao mesmo tempo (Figura 1).

As funções básicas do patrimônio, isto é, aquelas da liquidez, resultabilidade, estabilidade e economicidade, ocorrem de maneira simultânea, hereditária, interdependente e autônoma, no mesmo fluir do acontecimento das funções complementares de produtividade e invulnerabilidade, na mesma ocorrência dos sistemas auxiliares de socialidade e elasticidade; tudo isso com dimensões específicas e condições ambientais diversas.

Ao mesmo tempo em que se movimenta sistematicamente a liquidez, os sistemas de invulnerabilidade e produtividade estão agindo por si, cooperando com ela, em processo semelhante, nos ambientes expressos por dimensões. O mesmo pode ocorrer com a resultabilidade, pois, quando acontece, existem, em seu funcionamento, influências da elasticidade e socialidade, como também da produtividade e invulnerabilidade.

Desse modo, a liquidez, a resultabilidade, a estabilidade e a economicidade ocorrem com autonomia, mas com nítidas influências dos sistemas complementares de capital (o de produtividade e invulnerabilidade) e também dos sistemas auxiliares do capital (o de elasticidade e socialidade). Tal condição existe e, quando se processa nos sistemas básicos, tende a sofrer uma interdependência dos sistemas auxiliares e complementares, de forma simultânea, hereditária e correlativa nos ambientes endógeno e exógeno da riqueza.

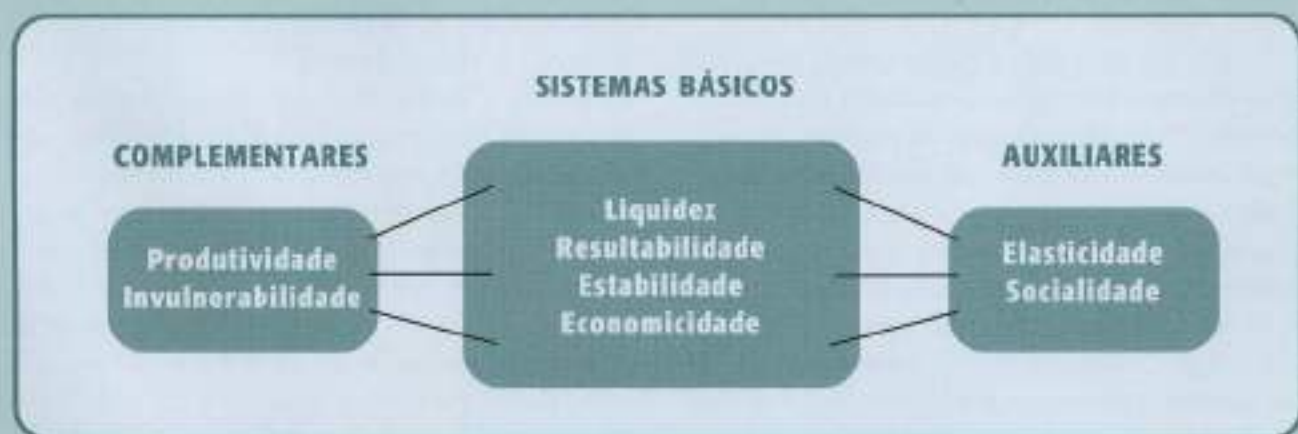


FIGURA 1 – Visão de interdependência dos sistemas patrimoniais.

Fonte: elaboração própria.

O risco

O risco é uma necessidade patrimonial que carece de satisfação por parte dos meios patrimoniais, os quais tendem a produzir a invulnerabilidade, potencial que o patrimônio possui para a prevenção dos riscos diversos inerentes às atividades gerais dos sistemas de funções patrimoniais. O risco é, portanto, uma ameaça à economicidade ou sobrevivência da célula social, tratando-se de um estado fenomenológico de incerteza.

Com isso, as instituições financeiras e de crédito, casas bancárias e comércios diversos têm o absoluto cuidado ao analisar os riscos do próprio estabelecimento, com o interesse de não perder a existência, que poderá vir a prejudicar outros empreendimentos (quando um empreendimento 'falcece', a tendência é transmitir transtornos a toda a sociedade).

A teoria que rege o sistema de invulnerabilidade é semelhante à que rege o risco patrimonial. Como já mencionado, o sistema de invulnerabilidade é uma função que produz fenômenos capazes de prevenir os patrimônios contra os riscos, mas, em uma visão mais abrangente, a invulnerabilidade é relativa a todos os sistemas patrimoniais, ou seja, todos os sistemas possuem um grau de risco, que ameaça a eficácia e é evitado por esse importante sistema do patrimônio.

A liquidez possui um risco, a resultabilidade também, a estabilidade possui um risco e a economicidade também, a elasticidade possui um risco e a socialidade também, sem esquecer que a produtividade também o possui; e essa capacidade de proteção advém da invulnerabilidade que debela o risco e garante a própria eficácia da função específica.

Todos os sistemas possuem um risco, ou seja, a incerteza de dinâmica adequada, de efeito satisfatório. Esse risco foi derivado de um comportamento passado, que prejudicará o comportamento futuro do capital se não for sanado, acreditando-se que tal risco seja concernente ao estado de eficácia patrimonial.

O risco, que influencia um comportamento patrimonial atingindo os seus sistemas, vai ser primordial na dificuldade do alcance da eficácia do sistema em particular, para logo depois influenciar a eficácia de todo o complexo patrimonial. O risco, portanto, quando não é evitado, vai prejudicar a eficácia do patrimônio e tal fato ocorrerá quando a invulnerabilidade for incompetente no seu efeito.

As ineficácias que ocorrem nos sistemas patrimoniais relacionam-se à incompetência da invulnerabilidade que não consegue a proteção contra os riscos. Essa é uma das causas da ineficácia, não sendo, contudo, a exclusiva, pois podem existir outras causas atadas aos processos de inten-

sidade, elasticidade, produtividade, lucratividade, equilíbrio, capitalização, contribuição social, rotação, etc. Mas o risco, como a dinâmica, é totalmente fundamental para a eficácia de cada sistema em particular e para a eficácia global do patrimônio azidental.

A liquidez

Entre os sistemas que se enquadram nos espécimes básicos e fundamentais, encontra-se o de liquidez, que satisfaz as necessidades de pagamento, conforme definição que figura nos escritos de Sá, Masi, Hoji, Herrmann Júnior, Viana, Florentino, Koliver, D'Auria, Johnson, Robinson e muitos outros, embora alguns desses tenham, de forma expressa, embutido tal definição em seus escritos.

Quando a análise dos balanços estava se formando na época moderna, o estudo principal imputado na observação dos empreendimentos era o aspecto 'financeiro'. A análise que, de maneira abrangente, era contábil, chamava-se financeira e vice-versa, pois tal aplicação do conhecimento contábil (embora nem sempre) residia exclusivamente nos fenômenos de recebimento e pagamento, ou entradas e saídas financeiras do capital de funcionamento. Essa era a observação principal dos estudos da análise.

O professor Herrmann Júnior (1975), criador da Editora Atlas, em uma de suas obras, denominada 'Análise de balanços para a administração financeira', sugere que o motivo inicial da análise dos balanços é a função de liquidez. Tal processo se tornou legal nos Estados Unidos da América, onde se rezava a seguinte frase: "Para nunca liquidar, o banco deve estar sempre pronto a liquidar", jaculatória extremamente financeira.

Nas aziendas bancárias, quase que exclusivamente, eram produzidos de maneira comum processos de análise financeira do capital, para o consentimento liberativo de empréstimos aos empreendimentos solicitantes. Nos Estados Unidos, de maneira significativa, o *Federal Reserve Bank* foi muito importante para a normalização dessa prática, conforme alusão de Matarazzo (1998).

Embora a análise financeira do capital tenha sido incipiente na história contemporânea da contabilidade, não o foi na fase antiga, que, apesar de coberta por empirismos, nunca preteriu estudos evoluídos de análise; como os que se faziam no antigo Egito há 4.000 anos, em relação a previsões futuras, conforme relatou Mellis *apud* Sá (2001).

Os antigos estudos analíticos relatados explicavam os processos de previsão. Então, o que é previsão? Para que serve? Ela tem por objetivo resguardar o objeto em si dos fatos presentes e futuros que ameaçavam a sua existência. Trazendo isso para o campo contábil, os estudos antigos

A liquidez possui um risco que deve ser evitado ou controlado, para que não haja maior importância das dívidas a curto prazo, contraídas em tempos diversos nesse mesmo prazo.

produzidos na Idade dos Metais tinham o intuito de proteger a riqueza organizada dos riscos que causam a descontinuidade, ou destroem o funcionamento da riqueza.

Portanto, o risco foi uma temática embutida de estudos do passado, e a liquidez foi a temática que iniciou os estudos do presente; por isso, ambos os sistemas, de forma relevante, já eram expressos, com contundência, nos escritos contábeis de épocas importantes da História, conforme comprovado por diversos escritores.

A liquidez e seu risco de ineficácia

A função, que satisfaz as necessidades de pagamento, por nós denominada liquidez, durante muito tempo foi tratada como a única nos processos da análise contábil, embora não fosse exclusiva nessa aplicação de conhecimento da contabilidade. Obstante, as abordagens sobre a liquidez, mesmo nos tempos modernos, muitas vezes foram empíricas, apoiadas no desejo evidente de buscar uma verdade que acabava por demais escondida, pois não se baseava na pesquisa ou no respaldo científico.

O espírito empírico, envolto por uma aspiração oculta de uma verdade, que acabava por se tornar dogmática devido à maneira instantânea de ostentá-la, acabou por produzir idéias, que são motivos de risos para alguns, aceitação para uns poucos, e investigação para muitos.

Uma frase pregada pelos doutrinadores norte-americanos é que o quociente ideal para concluir a eficácia da liquidez seria 2:1, ou seja, "para cada um real de dívida, devem existir dois reais para o pagamento". Tal frase possuía um teor significativo, mas era parcial e até mesmo inverídica. As pesquisas realizadas por Sá (1965), em sua tese, comprovaram que a liquidez é mais motivada pela temporalidade dos elementos financeiros do que pela proporção, pois existe uma liquidez estática e dinâmica.

Quando se estabelece um quociente padrão para o estado de função, uma inversão é cometida: o quociente ideal existe para cada tipo de empreendimento; já o quociente padrão não existe, porque dificilmente existirão estruturas patrimoniais que possuirão o mesmo grau de intensidade patrimonial, a mesma atividade, o mesmo produto, o mesmo ambiente, a não ser se todos os empreendimentos do mundo fossem mesclados em um só, o que seria inconcebível numa visão do plano material da realidade.

Portanto, um 'número padrão' não existe, o que existem são relativos comportamentos, que se enquadram em necessidades também específicas.

Uma verdade fundamental é que a eficácia de um sistema só existe quando, além de diversos fatores, há a invulnerabilidade, que protege suficientemente o sistema a ponto de suportar os riscos com desenvoltura, facilidade e vigor. Ou seja, a eficácia de um sistema depende também da eficácia da invulnerabilidade, que atinge tal sistema com absoluta influência, em um grau considerável.

Tal condição já havia sido muito antes emitida por Zappa Hoog (2005) a Sá, em mensagem eletrônica, cujo teor foi repassado aos membros da Associação Científica Internacional Neopatrimonialista – ACIN; tal mensagem é de teor realmente autêntico quando Hoog dizia que a eficácia dos sistemas básicos era relativa à influência da invulnerabilidade em cada um deles.

Embora influenciada por outros fatores, a liquidez, tal como a sua eficácia, é garantida, quando tal sistema está protegido dos riscos que atingem o seu movimento. Contudo, o risco não é um fenômeno exclusivo inerente a esse sistema (o de liquidez), devendo-se considerar também os efeitos de produtividade, elasticidade, circulação, rédito, equilíbrio, vitalidade, socialidade e sustentabilidade, que estão extremamente ligados a essa relevante função.

A liquidez possui um risco que deve ser evitado ou controlado, para que não haja maior importância das dívidas a curto prazo, contraídas em tempos diversos nesse mesmo prazo. O movimento da liquidez só é ideal quando existe um grau de invulnerabilidade no seu processo.

O risco da liquidez diz respeito à sua ineficácia, ou seja, a liquidez é ineficaz quando também não existe uma proteção contra os transtornos presentes e futuros ligados ao patrimônio. O risco é inerente à ineficácia. Não existe risco de a liquidez ser eficaz, isso é um benefício. O risco emite a ineficácia do sistema no estado em que esse não apresenta proteção adequada contra as mesmas influências que interagem nos empreendimentos.

A liquidez possui um risco que, quando não protegido, provoca a sua ineficácia. Os fenômenos de recebimento e pagamento, estocagem, vendas, concessão de créditos,

aplicações financeiras, contração de dívidas devem ser realizados tendo em vista o risco de ineficácia que só acontece quando o movimento é incompetente na satisfação das necessidades, ou a proporção agregada é inadequada para capacidade patrimonial.

Avaliar o risco da liquidez do empreendimento, situação que pode tornar essa função ineficaz, é uma temática da contabilidade científica apoiada pela doutrina do Neopatrimonialismo filosófico presente em nossos dias.

Como todo patrimônio possui um risco, os exercícios que compõem seu organismo e órgãos, como produtos da espécie de função, possuem também um risco específico e fundamental para o crescimento e vitalidade da massa patrimonial. Aliás, no atual mercado, a incerteza está presente constantemente em qualquer tipo de empreendimento ou célula social.

Os sistemas de invulnerabilidade e liquidez, apesar de autônomos quanto à espécie dos meios e necessidades peculiares, possuem uma relatividade de autonomia, quando subligados aos estados de simultaneidade, hereditariedade e interdependência dos sistemas.

A invulnerabilidade existe em todos os sistemas e, no estágio atual da contabilidade, pode ser estudada no âmbito da liquidez, em um processo estreito de cooperação, produzindo efeitos diversos que garantem os estados de ineficácia da própria liquidez.

A liquidez possui então um risco em seu sistema, e esse é totalmente relativo ao conjunto de invulnerabilidade.

Os fenômenos de invulnerabilidade no sistema de liquidez

O sistema da liquidez, em sua interdependência com o sistema de invulnerabilidade, possui fenômenos que previnem as incertezas. De uma forma geral e básica, são três os fenômenos de proteção do patrimônio: as provisões, as reservas e os fundos de reintegração.

As concepções doutrinárias em torno desses fenômenos são polêmicas e discursivas, estando inclusive presentes nas normas legais relativas à contabilidade, nas normas internacionais, nas doutrinas contábeis e, particularmente, no Neopatrimonialismo. Muitos definem tais fenômenos como o resultado de ajustes, outros o definem pela sua origem, ou pela sua espécie, sendo essa última a que realmente interessa à contabilidade, pois o fenômeno patrimonial da invulnerabilidade não pode ser considerado apenas como o resultado de um ajuste formal dos registros contábeis.

As reservas pertencem a um sistema específico do patrimônio, possuem relação com os demais sistemas, quase que exclusivamente possuem origem no sistema de resul-

tados, mas nada mais são, de acordo com Sá (1962), do que um acantonamento, uma 'parcela' do capital de funcionamento. Ou seja, as reservas são parcelas do capital, provenientes dos lucros, destacadas para a prevenção dos riscos.

Os fundos de reintegração assumem outro papel importante na prevenção dos riscos. Existem basicamente, no patrimônio, em elementos que perdem o valor com o tempo, como também em elementos que devem ser pagos com o tempo. A depreciação, a amortização (algumas provisões figuram nesse grupo, apesar de seu tratamento conceitual ser feito em separado) são fundos, ou seja, fenômenos que servem para guardar valores daquilo que necessita de reposição futura.

As provisões, por sua vez, possuem uma espécie semelhante à das reservas e fundos; elas pertencem ao mesmo sistema. No entanto, a provisão nada mais é do que um fenômeno de proteção e resguardo do capital que surge na certeza futura. Assim, as provisões surgem para um pagamento futuro, ou para uma contingência futura real, não sendo acumulativas como os fundos, nem permanentes como as reservas, pois possuem um fluir veloz, ou seja, elas se extinguem e surgem constantemente nos períodos, para os pagamentos e absorção dos riscos diversos.

Apesar de as reservas e os fundos contribuírem com todos os sistemas, as provisões são figuradas expressamente no sistema de liquidez, e tais fenômenos são importantes para um breve discurso.

No sistema de liquidez, os principais fenômenos que preservam o patrimônio dos riscos são as provisões, entre elas:

- Provisão para devedores duvidosos (chamada também de provisão para créditos de liquidação duvidosa; porém, esse fenômeno é na verdade um 'fundo de reintegração').
- Provisão para estoques obsoletos, incolocáveis e imprestáveis.
- Provisão para tributos (Imposto de Renda, Encargos Sociais, etc.).
- Provisão para variação cambial, etc.

Tais fenômenos são realizados e figurados no sistema de liquidez, cada um deles tendo uma característica fundamental, servindo, de maneira concisa, para evitar os transtornos com relação às entradas e saídas financeiras, com os investimentos e financiamentos financeiros, ou mesmo, problemas com os recebimentos e pagamentos. Tais fenômenos ajudam a resguardar a substância patrimonial, quando o recebimento não é feito no tempo (a provisão para devedores duvidosos), as vendas não são concretizadas (provisão para os estoques obsoletos, incolocáveis e imprestáveis), quando existe pagamento futuro (provisão para os tributos

diversos), também para a variação da moeda (provisão para câmbios), etc.

Tais fenômenos figuram no sistema de liquidez e são importantes para a análise e a proteção da eficácia da liquidez, no que tange aos recebimentos e pagamentos, estocagem, venda, variação da moeda, entre outros fatores. As provisões preservam o sistema, porém a avaliação, a análise e o estudo do risco ultrapassam a observação singular de tais fenômenos.

Avaliação e análise do risco da liquidez

A liquidez, como sistema, possui diversos aspectos que devem ser observados, alguns deles relacionados com a contração de dívidas, renovação dos créditos e estoques, liquidez comum, vendas, etc. Utilizando os métodos de coeficientes e números-índices, devem-se observar:

- A percentagem das dívidas com o passivo total.
- A evolução percentual das dívidas.
- A evolução percentual das vendas.

Também se recomenda verificar os quocientes:

- De liquidez comum.
- De rotação dos créditos.
- De rotação dos estoques.
- De rotação das dívidas com fornecedores, empréstimos, salários e demais elementos.

Nesse parâmetro é que iremos seguir, ou seja, é necessário basicamente saber alguns quocientes de rotação dos elementos financeiros, a evolução das vendas, a proporção e evolução das dívidas. Todos estes quocientes podem ser observados, no entanto, o assunto pode se estender devido à complexidade de seu âmbito.

A avaliação do risco pode ser feita na observação dos quocientes, por exemplo, se a empresa comercial, uma padaria, possui um quociente de liquidez comum igual a

§1,20 para cada \$1,00 de dívidas e um giro de 2 vezes no ano, sabemos que o risco de ineficácia é alto, para não dizer que a liquidez já está ineficaz.

Outra forma de avaliar o risco é analisar as variações positivas do período, em confronto com as negativas, para observar se esta é maior do que aquela, tendo, dessa forma, uma provável proposta percentual de risco. Ou seja, o que se recebe no presente e no futuro deve ser maior do que se paga no presente e no futuro. Os ingressos financeiros presentes e futuros deverão ser maiores do que os mesmos desembolsos do sistema de liquidez. É aconselhável que o que caiu percentualmente nunca ultrapasse o que subiu percentualmente, o que varia de negativo nunca deve ultrapassar o positivo:

$$R_p + R_f > P_p + P_f \\ \text{If } (P^{+}) > Df^{(+)}$$

Os recebimentos presentes (R_p) mais os recebimentos futuros (R_f) deverão ser maiores do que a soma dos pagamentos presentes (P_p) e pagamentos futuros (P_f). Como também os ingressos financeiros presentes e futuros ($IF^{(+)}$) deverão ser maiores do que os desembolsos financeiros presentes e futuros ($DF^{(+)}$).

Suponhamos que uma empresa comercial, por exemplo, na área de laticínios, durante 5 anos apresenta quocientes que deixam por demais duvidosa a sua eficácia. Tais quocientes são extraídos juntamente com os coeficientes de dívidas com relação ao total do passivo também com números-índices das vendas (Tabela 1).

Por se tratar de análise de risco, deve-se observar, à primeira vista, se existe um desequilíbrio proporcional, uma evolução do giro, o estado da liquidez e o progresso das vendas, para assim perguntar: Qual é o risco? O que está prejudicando a liquidez? No comportamento passado, o que houve de ineficácia? A liquidez teve mais resistência à eficácia ou ineficácia? São perguntas básicas e comuns, que devem estar na mente do analista científico-contábil.

TABELA 1 – Análise Financeira

ANOS	Quocientes			Coeficiente das dívidas com o Ativo Total	Números-índice das Vendas
	Liquidez Comum	Giro dos Créditos	Giro dos Estoques		
2000	3,40	6,38	3,5	13%	100
2001	3,04	5	4	45%	101
2002	3,03	4,5	5	50%	168
2003	3,01	6	6,06	66%	170

Fonte: elaboração própria.

O risco da liquidez foi grande. Enquanto a liquidez comum caía, a proporção das dívidas aumentava, juntamente com um efêmero progresso dos giros e uma evolução das vendas (a empresa, pelo visto, possui mais investimentos circulantes do que fixos). Com uma observação visual, já se pode perceber que a invulnerabilidade desse sistema não foi tão produtiva quanto aparentava.

Os coeficientes das dívidas e os números-índices das vendas já apresentam uma explicação do estado desses fenômenos. Porém, é preciso tecer considerações sobre os quocientes, que já são relações, sabendo qual foi o risco que as relações tiveram em se tornarem involutivas, ao mesmo tempo em que tiveram a inclinação de evoluírem. Portanto, a atenção deverá estar nas variações positivas e negativas dessas relações.

O cuidado em criar tal razão analítica foi dos maiores, com a cautela de não produzir idéias mirabolantes, como aquelas que foram alertadas por Hermann Júnior (1975).

Primeiramente, é preciso avaliar o risco em percentuais, apropriando então um determinado tipo de quociente. Depois, utiliza-se o quociente de giro dos créditos, lembrando que o objetivo dessa análise é observar o quanto e qual foi o risco do comportamento, e como se avalia o mesmo, considerando a marcha de um elemento (nesse caso, os créditos). Com os números do quociente de crédito, individualmente, serão verificadas as variações positivas e negativas desta relação (Tabela 2).

Somam-se as variações positivas e negativas em separado:

Positivas	Negativas	Resultado igual a
+ 50 %	- 31,63%	= + 18,37

Percebe-se que as variações negativas não foram superiores às positivas, mas tal condição não é suficiente para denotar conclusões. O risco percentual de diminuição do quociente não ultrapassou o risco de crescimento dos quocientes.

Além dessa análise, é preciso verificar o conteúdo dos quocientes, ou seja, o grau de risco que eles tiveram em diminuir, pois, nesse caso, os quocientes de giro dos créditos são, por si mesmos, essencialmente dinâmicos. A análise será feita com a rotação dos créditos (o mesmo elemento utilizado nos percentuais); o primeiro passo será verificar numericamente a variação de cada quociente em particular através de subtrações (Tabela 3), tal como uma 'razão por diferença aritmética':

Procede-se à variação dos quocientes:

Positivas	Negativas
+ 2,50	- 1,88

Nota-se que a rotação positiva foi igual a duas vezes e meia (2,50), enquanto a variação negativa correspondeu a quase duas vezes (-1,88); agora, é preciso avaliar o risco de

TABELA 2 – A variação percentual dos quocientes

QUOCIENTES DE GIRO DOS CRÉDITOS

2000	2001	2002	2003	2004
6,38	5	4,5	6	7

VARIAÇÕES

De 2000 para 2001	De 2001 para 2002	De 2002 para 2003	De 2003 para 2004
-21,63 %	- 10,00 %	+ 33,33 %	+ 16,67

Fonte: elaboração própria.

TABELA 3 – As variações dos quocientes pela subtração

QUOCIENTES

2000	2001	2002	2003	2004
6,38	5	4,5	6	7

VARIAÇÕES

De 2000 para 2001	De 2001 para 2002	De 2002 para 2003	De 2003 para 2004
1,38	- 0,50	+ 1,50	+ 1,00

Fonte: elaboração própria.

diminuição em cada unidade de crescimento, ou seja, avaliar o risco de regressão, para saber qual seria o nível de oportunidade de evoluir ao mesmo tempo em que a relação podia apresentar retrocesso. Para isso, deve-se buscar a relação das variações das relações, ou melhor, a relação das relações.

Basta então produzir um quociente ou uma razão, selecionando a variação diminutiva com a aumentativa, para, dessa forma, verificar o risco:

$$Rp^{\circ} = \frac{Vdq^{\circ}}{Vaq^{\circ}}$$

Assim, o risco patrimonial do elemento específico (Rp°) é obtido pela relação da variação diminutiva do quociente do elemento patrimonial (Vdq°), no tempo, com a variação aumentativa do quociente do mesmo elemento patrimonial (Vaq°), no tempo, em diferença aritmética que permite verificar o grau de risco que teve o elemento em perder a sua vitalidade e crescimento em cada unidade específica de aumento com perspectiva de evolução. No caso estudado, a rotação dos créditos:

$$Rp^{\circ} = \frac{1,88}{2,50} = 0,75 \text{ ou } 75 \%$$

Para cada unidade de crescimento existiu 0,75 unidade de queda, ou em cada 100 % de crescimento existiram 75% de chances de diminuição, ou ainda, para atingir um risco total, faltou por volta de um quarto de unidade (0,25).

Tal condição foi delicada, sendo que, para cada rotação do crédito, existiram 75 % de chance para a rotação diminuir. Isso demonstra que o crédito possui problemas no seu recebimento, com relação aos seus devedores, pois o risco de ser moroso na sua renovação foi muito alto (0,75 ou 75 %). Nesse caso, é aconselhável observar se existe também:

- A provisão para os créditos ('fundos para créditos').
- O perfil dos clientes a quem se cede o prazo.
- Os prazos dos créditos.
- A proporção de crédito cedido.

Essas observações podem ser feitas com os demais quocientes, adequando a sua interpretação de forma a verificar a medida de risco do elemento. Nos créditos o risco foi grande, por isso seu volume não cresceu, e até mesmo diminuiu no período; contudo, quando a relação do risco do quociente (tal é a demonstração da fórmula deste trabalho) for igual a 1 (ou seja, para cada 1 unidade de crescimento do quociente existir 1 unidade de chance de regredir, ou a cada 100% de crescimento existirem 100% de chance de involuir), ou maior que esse número, as cautelas deverão se estender, pois a tendência à incerteza se tornará maior.

Cabe destacar que a 'variação numérica aritmética' da fórmula analisada (que se utiliza por divisão numérica das relações) em muito se assemelha à 'progressão aritmética por quociente', existindo também a regressão aritmética ensinada por Francisco D'Auria (1959) no capítulo 92 (p. 315 – 318) da sua obra 'Matemática Comercial'.

Tal é a condição de invulnerabilidade da liquidez, ou seja, o grau de eficácia possui também um grau de ineficácia devido ao risco inerente da substância da função. Mas, nessa análise em particular, o risco de queda do quociente foi muito grande e exige ações específicas como as registradas anteriormente.

O risco futuro da liquidez

O risco pode ser analisado não somente pela observação do passado, pelas variações positivas e negativas, que apresentam as suas relações de quocientes e percentuais, podendo também ser observado com relação ao futuro. Uma fórmula de tendência apresentada por Sá (2004) poderá ser utilizada para verificar o risco:

TABELA 4 – As variações dos percentuais dos quocientes de liquidez

QUOCIENTES DE LIQUIDEZ COMUM

2000	2001	2002	2003	2004
3,40	3,04	3,03	3,01	2,5

VARIAÇÕES

De 2000 para 2001	De 2001 para 2002	De 2002 para 2003	De 2003 para 2004
-10,59%	- 0,33%	- 0,66%	- 16,94%

Fonte: elaboração própria.

$$T_p = \frac{\Delta \%}{n}$$

A variação percentual de cada variável (Δ %), dividida pelo tempo (n), dará o resultado de tendência do elemento (T_p), para averiguar se essa tendência vai regredir ou diminuir (podendo também aumentar). Dessa forma, verifica-se o risco do elemento no futuro. Observa-se tal análise com o quociente da liquidez comum da Tabela 1 (ver Tabela 4):

A soma das variações deverá ser dividida pelo tempo:

$$T_p = \frac{-10,59 + -0,33 + -0,66 + -16,94}{5} = -5,70 \%$$

Agora, aplica-se o resultado percentual no último quociente:

$$T_p = 2,50 \times (5,70\%) = (0,14)$$

A tendência da liquidez comum é de regressão, pois de \$2,50

$$T_p = 2,50 + (0,14) = 2,36$$

existirão \$2,36 como meios de pagamento para cada unidade da dívida.

Assim, a liquidez terá o risco de cair caso não sejam tomadas as providências necessárias quanto à paralisação dos meios de pagamento. Tal análise, contudo, não deve ser restringir a apenas um quociente, podendo ser feita com todos os quocientes produzidos, como também outras variáveis que possam existir no processo analítico.

A análise do risco, conquista da doutrina Neopatrimonialista, apresenta neste trabalho mais uma colaboração. Tal análise é importante na prevenção dos riscos, pois lida à invulnerabilidade do capital de funcionamento.

A invulnerabilidade da liquidez se apresenta de forma contundente no ditame de seu estado de eficácia, podendo ser observada com relação ao comportamento passado da liquidez ou até mesmo ao seu futuro, uma vez que o risco de ineficácia existe a todo o momento não só no exercício da liquidez, mas também com relação a todos os sistemas do capital de funcionamento.

Conclusão

A eficácia da liquidez depende da invulnerabilidade do movimento e fenômenos de seu sistema com relação aos riscos de ineficácia ou regressão dinâmica, que poderão vir a existir pelas condições dos ambientes diversos e específicos que influenciam também a riqueza organizada.

A invulnerabilidade da liquidez é fundamental para o seu perfeito estado e efeito dinâmico e deve ser dimensionada com relação ao comportamento passado e futuro de cada elemento, obtido por relações ou cálculos analíticos, para dessa forma avaliar o risco, orientando, de

modo específico, a decisão administrativa.

A comprovação da eficácia da liquidez poderá ser obtida pela análise complexa da invulnerabilidade dos elementos que compõem o sistema e promovem o movimento adequado na satisfação das necessidades de pagamento contraídas em tempos diversos, no constante processo do dever dinâmico patrimonial.



Rodrigo Antônio Soares da Silva – Contador, acadêmico do curso de Administração da UNIPAC, Rua 5 Soares, membro da comissão científica do Neopatrimonialismo e da Cúbe de Balanço/ Scorecard da Argentina.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES, Da Criação e da Corrupção Segundo de Corinto e Filosofia. Tradução de Nestor Maria Pereira Coimbra, apresentação de Ana Maria Afonso Góes de Sá. São Paulo: Ed. Lano, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. Contabilidade Geral (Teoria da Contabilidade Patrimonial). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996.
- _____. *Matrícula Comercial*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996.
- FLORENTINO, Antônio Mateus. *Análise Contábil: Análise de Balanço*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- HEERWANN JUNIOR, Frederico. *Análise de Balanço para a Administração Financeira*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1975.
- HOJE, Marcelo. *Administração Financeira: uma abordagem prática: metodologia, ferramentas aplicadas, estratégia financeira, análise, planejamento e controle*. Tradução. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- HOJE, Wilson Lopes. *Atenas Contábil: da preservação das células vivas. Primeira realizada no site www.kappi.org.com.br*. Acesso em 27. jul. 2005.
- KILLER, Othon. *Estados e Análise de Balanços*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Litteris, 1977.
- MATTAZZO, Dante J. *Análise Financeira de Balanços: Roteiros, Balanço e Geral*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- REES, Marco Antônio Amador. RESENDE, Journal de Souza. OLIVEIRA, Wilson Roberto. MORA, Eliabete Maria de Siqueira. MORA, Carlos Alberto Serra. *A vida Neopatrimonialista da Entidade Contábil: A Cúbe Social*. Disponível em www.kappi.org.com.br. Acesso em 10. jul. 2005.
- FRITZBERG, Sigurd. *Aspectos científicos da contabilidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livaria Typis, 1956.
- RODRIGUES, Ronald F. OLIVEIRA, Robert W. *Finanças – princípios e métodos*. Tradução e adaptação de Carlos Alberto. Rio de Janeiro: As Livros Técnico S.A., 1984.
- SA, Antônio Lopes de. *Matéria Geral e das Doutrinas de Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.
- _____. *Princípios Fundamentais de Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. *Teoria Geral do Contabilidade Contábil*. São Carlos: IPT-UNA, 1992.
- _____. *Análise de Balanço ao alcance de todos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.
- _____. *Tendência funcional: Efeito de Regressão e Análise Contábil sobre a Contabilidade da Engenharia*. *Revista Brasileira de Contabilidade*, ano 40, n. 156, CPC, 147/151, 2001.
- _____. *Teoria do Capital das Empresas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- _____. *Perícia Contábil*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- _____. *Moderna Análise de Balanços ao Alcance de todos*. Curitiba: Ed. Unisa, 1992.
- _____. *Fundamentos da Contabilidade Geral*. 2. ed. Curitiba: Ed. Unisa, 1985.
- SANTOS, Mateus de Silva. *A Grande Contabilidade: o homem, a Contabilidade e o Computador – as 100 histórias da história Contabilística*. *Revista Mineira de Contabilidade*. CRCMG Belo Horizonte, MG, n. 4, 3. ano, 2005.
- SILVA, Rodrigo Antônio Soares de. *Análise de giro de capital resultante na indústria petrolífera*. *Revista Mineira de Contabilidade*. CRCMG, Belo Horizonte, MG, n. 16, 3. ano, 2005.
- _____. *Liquidez, Estímulos e Inércias*. *Revista Mineira de Contabilidade*. CRCMG, Belo Horizonte – MG, n. 20, 4. ano, 2005.
- _____. *Resposta de Análise de Equilíbrio da Liquidez*. *Revista Catarinense de Ciência Contábil*. CRCSC, Florianópolis – SC, v. 4, n. 11, 2004.
- _____. *Análise da Teoria Patrimonial*. *Revista Mineira de Contabilidade*. CRCMG, Belo Horizonte, MG, n. 22, 2. ano, 2004.
- MORA, Cláudio de Souza. *Teoria Geral da Contabilidade*. Volume 5. 4. ed. Porto Alegre: Livaria Sabe Editora, 1977.